# VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 6 OUT-DEZ – 2001

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS


SUMÁRIO



## Carta do Editor

A presente edição do boletim *Via Mundi* proporciona ao seu público panorama variado do quadro internacional atual, ao abordar estudos ligados a temas tão candentes como direitos humanos e cooperação entre blocos comerciais. Em relação ao cenário político e seus desdobramentos, há a análise de Gray e Pecequilo e, em período mais longo, as obras de Kissinger e Peyrefitte. Para finalizar, as abordagens de política externa do Brasil e da Argentina.

Com vistas a um dos temas mais marcantes da atualidade das relações internacionais, há a publicação do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Antônio Augusto Cançado Trindade, e do Chefe do Escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados na Costa Rica, Jaime Ruiz de Santiago, *La nueva dimensión de las necesidades de protección del ser humano en el inicio del siglo XXI*, que abarca os principais desafios da área de direitos humanos para o século que se inicia, além de proporcionar ao estudioso uma perspectiva histórica e legal, inclusive com sentenças da referida Corte.

Em *Tribunal penal internacional: aspectos institucionais, jurisdição e princípio da complementaridade*, há vasto painel sobre como as noções de soberania, multilateralismo e segurança internacional conjugam-se com a questão dos direitos humanos. O livro conta com o prefácio do Presidente da Corte Interamericana, acima mencionado, e também professor-titular do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

O britânico John Gray, da London School of Economics, proporciona em sua obra – *O falso amanhecer. Os equívocos do capitalismo global* – uma visão que admite múltiplos caminhos para o desenvolvimento de diferentes países, não sendo o modelo atual de globalização necessariamente o único caminho possível, até mesmo em função das desigualdades sociais que engendra dentro de seu processo. Não haveria, pois, a universalidade do mercado, visto que os países desenvolvidos ainda praticam formas de protecionismo.

Cristina Pecequilo, em *Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição*, trata dos últimos anos da história norte-americana, a partir do fim da Guerra Fria. Nesse período, houve sérias dúvidas se os Estados Unidos, embora vitoriosos no processo, conseguiriam manter-se como líder do processo de globalização, levando muitos politólogos a crer que a decadência seria inexorável, o que efetivamente não aconteceu.

Já na área de integração, há o estudo da possibilidade de integração entre o MERCOSUL – abalado, nos últimos meses, pela intensificação da crise argentina – e a União Européia, que proporcionaria, a ambos os blocos, excelentes oportunidades de ampliação do desenvolvimento das suas políticas comerciais, ao superar marcos geográficos outrora impostos como limites. A análise está contida em *Direito internacional da cooperação – a zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia*.

Em termos de história da política internacional, o volumoso *Diplomacia*, que traça a evolução da formação do moderno sistema de Estados, nascido na Europa do século XVII, até o final do século XX, em que houve o predomínio dos Estados Unidos, que teve, entre seus ministros das Relações Exteriores, o próprio autor, o polêmico Henry Kissinger, que discute também a intensidade da presença realista e idealista na formulação da política externa de seu país.

Alain Peyrefitte, uma das personagens mais presentes na vida política e intelectual francesa no século passado, tenta compreender o êxito de alguns países, ao longo da história, por meio da etologia, ou seja, do estudo comparativo de comportamento. Para ele, além dos fatores materiais, há o fator mental que seria o agente decisivo do desenvolvimento. Capital e trabalho não seriam suficientes sem o etos da confiança competitiva, ou seja, a disposição para engajar-se em projetos de modificação do meio em que se vive. Tal é o argumento desenvolvido em *Os "milagres" na economia*.

Relativo à política externa brasileira, o atual Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, em *Passado, presente e futuro* procura analisar a inserção do país – considerado como uma potência média – no cenário globalizado, em que há, aparentemente, a diluição do interno e do externo, existindo, pois, a influência recíproca de um elemento sobre o outro.

Finalmente, o presente número se conclui com resenha do livro patrocinado pela Fundação Alexandre de Gusmão, sob organização do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, *Argentina: visões brasileiras,* que é uma exposição brasileira multifacetada, à proporção que conta com a colaboração tanto da Academia como da Diplomacia, apresentando profunda visão da história e perspectivas platinas.

## O REL-UnB

Os estudos na área de relações internacionais e política exterior do Brasil fazem parte de uma das mais fortes tradições da Universidade de Brasília – UnB. A vizinhança dos centros decisórios de poder nacional (Poder Executivo, Congresso Nacional, Tribunais Superiores) e a presença do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, permitem uma projeção privilegiada para a reflexão especializada feita na UnB – tanto que o seu Departamento de Relações Internacionais é o mais antigo e mais importante centro especializado do Brasil e um dos mais tradicionais da América Latina. Fundado em 1974, o REL mantém um Bacharelado e um programa de pós-graduação em Relações Internacionais (especialização e mestrado), que já formaram mais de mil profissionais, em sua maior parte atuando junto às agências do Governo Federal, no Ministério das Relações Exteriores, em organizações internacionais, empresas públicas e privadas e organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras.

Para conhecer as atividades e detalhes dos programas de capacitação e de pesquisa do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, visite a sua homepage em http://www.unb.br/ipr/rel

# A nova dimensão das necessidades de proteção do ser humano*

**Danilo Rocha Limoeiro****

Como parte integrante do vasto trabalho sobre a temática da Proteção Internacional dos Direitos Humanos, o livro procura traçar de forma breve quais os principais desafios para a proteção do ser humano no início do século XXI, incluindo também documentos de legislação internacional específica e três decisões recentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A obra tem como autores Antônio Augusto Cançado Trindade – Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Professor Titular da Universidade de Brasília; Membro Associado do *Institut de Droit International*; Membro do Conselho Diretivo do Instituto Interamericano de Direitos Humanos e do Instituto Internacional de Direitos Humanos (Estrasburgo) – cuja ampla bibliografia na área é internacionalmente reconhecida e Jaime Ruiz de Santiago – Doutor em Filosofia pela Universidade Ibero-Americana do México e Chefe da Missão do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em San José, Costa Rica.

A obra em si pode ser dividida em três partes: a primeira trata de contribuições doutrinárias dos dois autores, escritas em forma de artigos, que abordam o desenvolvimento pelo qual passou, nos últimos anos, a proteção internacional dos direitos da pessoa humana, bem como os desafios que se apresentam a essa área no início do século XXI; a segunda apresenta o texto de instrumentos legais de proteção dos direitos humanos, a saber: o Estatuto do ACNUR (1950), a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1967), a Declaração de Cartagena (1984) e a Declaração de San José de Costa Rica (1994); a última traz três recentes decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Na parte da autoria de Cançado Trindade, é, inicialmente, defendida a tese de convergência, nos planos normativos, hermenêuticos e operacionais, entre Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional dos Refugiados e Direito Internacional Humanitário. Cançado Trindade salienta que, paralelamente ao processo de globalização, se aprofunda o empobrecimento das camadas mais baixas da sociedade bem como a erupção de numerosos conflitos internos, gerando, ambos fenômenos, fluxos migratórios e deslocamentos forçados. Torna-se necessário, desta forma, dedicar maior atenção, como foi reconhecido pelo ACNUR na II Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, ao direito de permanecer em seu próprio lugar e salvaguardar os direitos humanos dos deslocados.

É ressaltada também a importância da adoção, em 1986, pela *International Law Association*, da Declaração de Princípios do Direito Internacional sobre Expulsão Maciça, que levanta preocupações quanto à vulnerabilidade e situação precária de muitas minorias, inclusive trabalhadores migrantes, além de

> **"Cançado Trindade salienta que, paralelamente ao processo de globalização, se aprofunda o empobrecimento das camadas mais baixas da sociedade bem como a erupção de numerosos conflitos internos, gerando, ambos fenômenos, fluxos migratórios e deslocamentos forçados."**

* Resenha do livro de CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, RUIZ DE SANTIAGO, Jaime. *La Nueva Dimensión de las Necesidades de Protección del ser Humano en el Inicio del Siglo XXI*. San José, Costa Rica, San José: Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, 2001, 421 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e editor assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

vincular a expulsão maciça, em certas circunstâncias, com o conceito de crime internacional. Cançado Trindade discorre sobre o tratamento que a Corte Interamericana de Direitos Humanos confere, em sua recente jurisprudência, aos deslocados, ponderando ainda sobre a consagração do princípio do *non-refoulement* como sendo *jus cogens*.

Por fim, o autor critica o ordenamento internacional tradicional, baseado no modelo westfaliano de predomínio de soberanias estatais e exclusão dos indivíduos, já que este não foi capaz de evitar as violações massivas dos direitos humanos em todas as regiões do mundo e as sucessivas atrocidades do século XX. Cançado Trindade destaca, desta forma, a necessidade do despertar de uma *consciência jurídica universal* para reconstruir, no início do século XXI, um novo paradigma do direito internacional, não mais estatocêntrico e sim situando o ser humano em posição central.

No artigo posterior, a cargo de Ruiz de Santiago, são feitas ponderações sobre o desenvolvimento da proteção jurídica internacional dos direitos humanos na segunda metade do século XX, bem como da relação entre os Direitos Humanos, as Escrituras Sagradas e a Igreja. O autor, por fim, indica quais os desafios e tendências para a proteção dos direitos humanos na América Latina, ao destacar o crescente número de deslocados internos e a alta porcentagem da população que vive abaixo do limite de pobreza.

**"...é possível afirmar que a obra atinge seu objetivo inicialmente pretendido, que é o de apontar, de forma breve, quais os novos imperativos da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no século XXI."**

Na segunda parte do livro, são apresentados os documentos de legislação internacionais de proteção dos direitos humanos, anteriormente citados. São providos ainda, na terceira parte da obra, os textos de algumas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a saber, a Sentença do Caso de "*los Niños de la Calle*", 1999; a Opinião Consultiva nº16 sobre o Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, 1999, e as Medidas Provisionais de Proteção no caso dos Haitianos e Dominicanos de Origem Haitiana na República Dominicana, 2000.

Como conclusão, é possível afirmar que a obra atinge seu objetivo inicialmente pretendido, que é o de apontar, de forma breve, quais os novos imperativos da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no século XXI, bem como as tendências apresentadas pelos instrumentos de Proteção, tanto no plano jurisprudencial, ao apresentar as decisões da Corte; no plano normativo, ao prover os documentos de legislação de Proteção e no operacional, ao traçar as principais metas a serem alcançadas pelos instrumentos de proteção.

## *O que é Via Mundi*

**O Boletim** *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

# Aspectos institucionais do Tribunal Penal Internacional*

**Maria Beatriz Bonna Nogueira****

A produção acadêmica que se utiliza de elementos substantivos e metodológicos próprios ao campo de estudos de relações internacionais contribui substancialmente para a identificação das subáreas dessa disciplina. Essa prática tem sido recentemente observada em estudos referentes a temas do direito internacional público e, especialmente, do direito internacional dos direitos humanos. Faz-se, então, de fundamental importância colocar a obra resenhada nessa perspectiva, uma vez que apresenta noções de soberania, segurança internacional e multilateralismo complementando aspectos do direito internacional penal e dos direitos humanos.

A obra em questão é oriunda da dissertação de mestrado da autora, com prefácio do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Antônio Augusto Cançado Trindade, também professor-titular do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). As várias possibilidades de análise que o tema escolhido apresenta são bem delimitadas em quatro capítulos e três anexos, em que a objetividade e linguagem acessível contrastam com a complexidade e profundidade do trabalho analítico.

A autora inicia sua discussão acerca do *modus operandi* e dos princípios fundamentais que se incorporam ao Tribunal Penal Internacional (TPI) com uma análise do princípio da soberania à luz do direito internacional contemporâneo, ao fazer especial menção aos avanços no campo da proteção internacional dos direitos da pessoa humana. Os debates que se centram na superação do domínio reservado do Estado em face da evolução das relações internacionais, da não preponderância da noção de reciprocidade em matéria de direitos humanos e do reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional são revisados de modo a dar novas bases às prerrogativas de soberania, diferentes das oferecidas no contexto da Paz de Westfália, em 1648.

A importância dessa abordagem teórica se fará evidente quando do estudo dos elementos constitutivos do TPI, onde se notará que os avanços determinados pela aprovação do Estatuto de Roma, em 1998, inserem-se em um novo contexto internacional, em que o papel do direito e dos valores se refletem na evolução normativa de um regime de direitos humanos, assim como na crescente institucionalização de suas modalidades de proteção nos planos internacional e regional.

O estudo sistemático do TPI como cristalizador da responsabilidade penal internacional do indivíduo principia-se pelos seus antecedentes históricos, seção em que a autora discorre sobre as tentativas de estabelecimento de uma jurisdição penal internacional de caráter permanente em diferentes momentos da história das relações internacionais. Os entraves e pressões que afetaram o desenvolvimento das iniciativas prévias

> **"A seção doutrinária da obra se encerra com o estudo da estrutura e jurisprudência dos tribunais *ad hoc* para a ex Iugoslávia e Ruanda. Reportando-se às origens dos conflitos e a fundamentais aspectos da jurisprudência de ambos os tribunais, a autora não apenas apresenta as principais dificuldades e críticas referentes à instauração e prática dos tribunais, mas também analisa os efeitos da percepção dessas dificuldades nas negociações do Estatuto de Roma."**

* Resenha de FERREIRA, Marrielle Maia Alves. *Tribunal Penal Internacional: aspectos institucionais, jurisdição e princípio da complementaridade.* Belo Horizonte: Del Rey, 2001, 262p

** Bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

ao Estatuto de Roma, assim como os avanços referentes a cada período histórico analisado, são devidamente registrados no capítulo 2 da obra, ao constituir os parâmetros que determinariam a análise das reais transformações a serem trazidas à baila pela criação do TPI.

Ao se chegar aos princípios regentes da nova ordem internacional dos anos 90, particularizando-se as negociações e deliberações de 1998, o estudo expõe sua vertente exploratória, sem perder, contudo, o sempre presente viés crítico. À minuciosa pesquisa relativa aos componentes institucionais e à jurisdição do TPI, complementa-se pela concomitante análise das negociações multilaterais que levaram à sua positivação. Ademais, particular ênfase é dada a debates controversos no marco do TPI, i.e., o papel reservado ao Conselho de Segurança da ONU, a definição do crime de agressão e, especialmente, a importância do princípio da complementaridade como norteador das relações entre as jurisdições nacionais e a do Tribunal.

A seção doutrinária da obra se encerra com o estudo da estrutura e jurisprudência dos tribunais *ad hoc* para a ex Iugoslávia e Ruanda. Reportando-se às origens dos conflitos e a fundamentais aspectos da jurisprudência de ambos os tribunais, a autora não apenas apresenta as principais dificuldades e críticas referentes à instauração e prática dos tribunais, mas também analisa os efeitos da percepção dessas dificuldades nas negociações do Estatuto de Roma. Neste sentido, pode-se advogar em favor do legado dos tribunais para a ex Iugoslávia e Ruanda como importante subsídio para o futuro estabelecimento do TPI.

Os três anexos que compõem o desfecho do livro – a saber, o texto do Estatuto de Roma; uma cronologia dos principais documentos do direito internacional humanitário e direito dos refugiados e alguns mapas dos conflitos da ex Iugoslávia e de Ruanda – ampliam o campo de percepção do leitor, ao permitir uma compreensão mais completa e aprofundada.

A publicação de um trabalho como o desenvolvido por Marrielle Maia mostra-se como importante contribuição para a produção bibliográfica brasileira em matéria de relações internacionais, visto que sua preocupação metodológica se alia a uma análise essencialmente interdisciplinar, que integra a história e a tradição teórica do campo de estudos em questão. Ademais, nota-se que o livro explora o multilateralismo e outras questões de profundo interesse internacional sob uma perspectiva de direitos humanos, o que ajuda a enfraquecer a visão simplista de diretos humanos como novo tópico na agenda internacional dos anos 90.

A sua leitura, portanto, é amplamente recomendada não só aos que têm interesse específico pelo tema, mas também a todos os que reconhecem a impunidade como grave violação de direitos humanos e o indivíduo como pólo de irradiação e alvo de destino de todas normas e instituições de natureza internacional.

## *Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi*

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto “Contribuição para *Via Mundi*”.

# Os Equívocos do Capitalismo Global*

**Gustavo Henrique Cocentino Ramos****

Em uma época em que elaborações acadêmicas freqüentemente assumem caráter de profecia, com alguns intelectuais ganhando vasto prestígio ao agirem como gurus ou teóricos do futuro, ao sugerirem, muitas vezes, precipitadamente a obsolescência de paradigmas – ou o fim da história, das ideologias, das utopias, do Estado-Nação e até mesmo da globalização –, destacam-se ensaios que abandonam a análise do imprevisível e oferecem críticas perspicazes da realidade contemporânea.

O polêmico e argucioso professor John Gray, do Departamento de Governo da London School of Economics & Political Science (LSE), tenta explicar o surgimento do livre mercado global como mais uma transformação econômica baseada nos ideais iluministas, incorporando a defesa do capitalismo democrático como uma necessidade universal. Assim, trata de desmitificar noções simplistas sobre a política liberal emergente e as contradições do livre mercado global.

O autor inicia fazendo menção à "grande transformação", de Karl Polanyi, que esboçava as mudanças econômicas e a ruptura social que culminaram numa nova política liberal inglesa em meados do século XIX. Ao fazer tal comparação, Gray rejeita o caráter inovador apresentado no propalado processo de globalização e nas políticas neoliberais implementadas

> **"Gray reflete sobre o aumento da pobreza e da exclusão social e questiona um modelo único americano de modernização econômica que, na sua concepção, não, necessariamente, leva à ocidentalização do mundo."**

nas últimas décadas, emitindo forte opinião negativa sobre recentes acontecimentos e suas conseqüências no futuro da humanidade sob o novo paradigma.

Gray reflete sobre o aumento da pobreza e da exclusão social e questiona um modelo único americano de modernização econômica que, na sua concepção, não, necessariamente, leva à ocidentalização do mundo. Afinal, a desordem econômica e social hoje não é exclusivamente causada pelo livre mercado, mas também pelas mudanças tecnológicas introduzidas em nome da modernidade, que aumentaram o desemprego e passaram a transmitir instabilidade econômica e insegurança em todo o mundo. Desse modo, verifica-se que a globalização econômica, ao invés de fortalecer o regime do *laissez-faire* mundial, acaba por miná-lo devido às tensões sociais de um modelo de desenvolvimento que acentua as desigualdades.

Assim, uma reforma da economia mundial que aceite a diversidade de culturas e de alternativas econômicas se faz necessária. Um livre mercado global, além de causar grande impacto nos distintos costumes e culturas, de modo que as ocidentalize por meio, principalmente, da cultura de consumo, implica a luta entre os Estados por recursos naturais. Por sua vez, como os recursos são esgotáveis, eles podem ampliar as calamidades naturais e os riscos e incertezas artificiais para as quais a ciência ainda não possui solução.

Ademais, Gray acredita que o regime de livre mercado está destinado a desencadear movimentos contrários às suas imposições ou até mesmo a criar contestação radical, na forma de fundamentalismo. Essas observações se assemelham às de Anthony Giddens, o qual discorre, em sua análise da modernidade reflexiva e das novas incertezas artificiais, criadas por uma realidade pós-tradicional emergente, sobre os grupos fundamentalistas: indivíduos ou coletividades que defendem a tradição de uma "forma tradicional". As observações de Gray não destoam de argumentos de outros autores que sugerem também que a intensidade e a rapidez dos fluxos da cultura global podem produzir reações

---

* Resenha de Gray, John. *O Falso Amanhecer: Os Equívocos do Capitalismo Global*. São Paulo: Record, 1999, 333p.

** Doutorando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre a América Latina e o Caribe – CEPPAC – da Universidade de Brasília (UnB).

negativas e o crescimento da intolerância.

No que toca ao capitalismo democrático ou à defesa universal da democracia liberal pelas potências hegemônicas ocidentais, verifica-se que alguns regimes políticos podem formalmente ser denominados democráticos, mas, na verdade, diferem profundamente, em grau de liberdade e legitimidade, do regime democrático liberal ideal. Muitos podem ser categorizados como *illiberal democracies*, termo sugerido por Fareed Zakaria, na revista *Foreign Affairs*, para ilustrar contradições e problemas verificados em vários regimes formalmente considerados democrático-liberais.

Uma outra contradição do livre mercado é a persistência das velhas tendências protecionistas da economia de mercado, sobretudo as praticadas pelas nações industrializadas, em um mundo formado por blocos regionais exclusivos. Isso parece sugerir um certo esfriamento da política de liberalização, já não mais defendida tão arduamente pela Nova Direita como foi há alguns anos. Gray mostra que os problemas ocasionados pela liberalização descontrolada minam o próprio livre mercado, que não sobrevive facilmente a períodos de retração econômica prolongada. Exemplifica esse fenômeno mais uma vez citando o caso da Inglaterra, onde os trabalhistas voltaram ao poder no fim da década de 90.

Observa-se, finalmente, à luz dos eventos terroristas de 11 de setembro, que as observações de Gray sobre o ressurgimento dos ideais do livre mercado constituem, de fato, promessas falsas, como sugere o título de seu livro. As ações recentes de grupos fundamentalistas revelaram a fragilidade do mercado global, ainda vulnerável a interferências eventuais de grupos excluídos e desejosos da manutenção de práticas tradicionais. Do mesmo modo, foi também desmitificada a idéia do fim do Estado atuante, nos moldes keynesianos. Portanto, essa realidade confirma os argumentos históricos de Gray que, lembrando *A Grande Transformação* de Polanyi, afirma que o mercado não passa de uma criação do próprio Estado.

## *Nota aos Autores de Livros e Editoras*

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

*RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
Brasil

# A política exterior dos Estados Unidos*

**Virgílio Caixeta Arraes****

Em meados da década passada, o professor Zbigniew Brzezinski, Chefe da Assessoria de Segurança Nacional na gestão Carter, cunhou o termo cornucópia permissiva para referir-se à auto-satisfação e egoísmo imperante nas sociedades democráticas liberais dos países desenvolvidos, amparados por um alto padrão material, o que contrastaria sobremaneira com a preocupação de boa parte do resto do mundo em apenas sobreviver, sem condições de aspirar a entrar nos moldes da chamada sociedade de consumo, desenvolvida durante a Guerra Fria.

Dentro desse processo, os Estados Unidos teriam um papel fundamental para a redefinição de comportamentos e valores, à medida que seu peso desproporcional em todos os setores da sociedade mundial poderia influenciar os demais países.

Tendo derrotado, nas últimas décadas, duas formas de totalitarismo, os Estados Unidos passaram seu *modus vivendi* às demais nações como o caminho ideal para a prosperidade material e o desenvolvimento das instituições democráticas, que contribuiriam para a formação de uma sociedade mundial pacífica. Desta forma, a nação americana seria fundamental para a garantia da estabilidade do planeta. No entanto, a estabilidade esperada não veio inexoravelmente, colocando o país em uma posição de incerteza tanto política como ideologicamente perante as outras nações.

**"...a autora afirma que a vitória americana significou o auge do país, mas, ao mesmo tempo, propiciou a possibilidade de questionar-se seu poder..."**

O aparente paradoxo entre o descomunal poder norte-americano e a incapacidade de implementar e, posteriormente, manter políticas mundiais que se confundiriam com seus interesses nacionais é o tema do presente livro da pesquisadora Cristina Pecequilo, que, já há algum tempo, se debruça com reiterada competência sobre os meandros da política externa desse país e suas reais implicações para o resto do globo.

Iniciando sua análise a partir do fim da Guerra Fria, considerada a partir de 1989, a autora afirma que a vitória americana significou o auge do país, mas, ao mesmo tempo, propiciou a possibilidade de questionar-se seu poder, dado que, em muitos setores, o país não era o primeiro. Tal quadro suscitaria interessante debate entre os declinistas, partidários da tese de que os compromissos externos inclinariam o país à decadência, e os renovacionistas, defensores da idéia de que a força dos Estados Unidos não se manifestaria apenas na parte militar e econômica, mas também na ideológica, concretizada nos organismos internacionais. A recuperação econômica, iniciada no final da gestão Bush, traria novamente uma perspectiva otimista para a política externa, ainda que muitos vissem o país sem um projeto de longo prazo.

Ainda que não houvesse um novo projeto que equivalesse à Doutrina Truman, elaborada para conter a expansão do comunismo, os interesses americanos se mantiveram bem delineados em todas as regiões ao longo da década de 90: na Europa, houve a ampliação física e de tarefas da OTAN, que, inclusive, passaria a atuar fora das suas fronteiras, em condições especiais, como no caso da Iugoslávia; na Ásia, com o estreitamento de relações com a China, mesmo com turbulências eventuais; na América Latina, com a formação inicial do NAFTA e, mais tarde, com a ALCA; na África, ao eliminar vestígios da presença das antigas metrópoles, especialmente a francesa.

No plano multilateral, os organismos internacionais balizam-se quase sempre pelas posições ideológicas americanas, de forma que nesses não

* * Resenha de PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição*. Petrópolis: Vozes, 2001.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), doutorando em história das relações internacionais pela mesma instituição e editor adjunto de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

**" A segunda década pós Guerra Fria poderia ser considerada como unimultipolar, que é um conceito de Samuel Huntington, ou seja, os Estados Unidos não deixariam de ser hegemônicos, mas conviveriam com um equilíbrio de poder em outros níveis hierárquicos do sistema, mais próximos, por exemplo, da China, Alemanha, Rússia e Japão.**

houve problemas de transição, chegando-se a avançar mais, ao final da Rodada do Uruguai, que criaria a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com vistas a países que, em aplicando o receituário neoliberal, tiveram problemas, houve a iniciativa da ajuda, fosse unilateral – caso mexicano –, fosse multilateral – e ainda preventiva no caso brasileiro – também em função da ação americana.

Não se deve esquecer de que as operações de guerra contra inúmeros países – Iraque, Somália, Iugoslávia, Afeganistão – praticamente deveram-se a iniciativas americanas, embora nem todas tenham tido o sucesso almejado – Iraque, por exemplo.

Desta forma, se havia dúvidas em relação aos primeiros anos da década de 90 – final do mandato de Bush e início do de Clinton –, logo, com a recuperação econômica interna, refletida também no controle orçamentário, isso se dissiparia. Prova maior da volta da confiança – e da arrogância – foi a promulgação de leis que seriam repudiadas pela comunidade internacional como a Helms-Burton e d'Amato, relativas à proibição de todos os países de negociar com Cuba e com Estados considerados simpatizantes do terrorismo.

Outro exemplo foi o país atravessar incólume um período em termos de liderança internacional, apesar do escândalo de um caso adulterino do Presidente Clinton com uma estagiária da Presidência, Monica Lewinsky, que foi investigado entre 1998 e 99. A pena proposta foi a do impedimento, mas o Senado recusou-a, encerrando a questão.

No entanto, esse espírito de confiança superestimado poderia causar prejuízos de ordem ideológica, à proporção que, ao agirem unilateralmente de forma constante, os americanos forneceriam um espaço para coligações contrárias a seu poder, solapando sua capacidade de administrar a ordem mundial.

A segunda década pós Guerra Fria poderia ser considerada como unimultipolar, que é um conceito de Samuel Huntington, ou seja, os Estados Unidos não deixariam de ser hegemônicos, mas conviveriam com um equilíbrio de poder em outros níveis hierárquicos do sistema, mais próximos, por exemplo, da China, Alemanha, Rússia e Japão.

Para a autora, os americanos já emitiriam sinais de que se preparariam para uma transição da hegemonia para a liderança, com o uso do engajamento seletivo, cujo objetivo principal seria reorientar as atuais prioridades, com limites de ação, com economia de recursos e com o compartilhamento de tarefas e responsabilidades. Assim, ao mesmo tempo em que preservaria seus interesses, desencorajaria uma formação contra si; em vez de ser uma polícia global, cooperaria multilateralmente. Para isso, destaca Pecequilo, o engajamento seletivo preveria que o país teria de aceitar um multilateralismo real, indo contra a tradição do unilateralismo, o que colocaria em xeque a postura de não ceder a hegemonia.

Paralelo às questões geopolíticas, esse tipo de engajamento apresentaria uma pauta que incluiria a disseminação da democracia e do livre mercado para a reprodução de um ambiente internacional próspero e seguro e, acima de tudo, condizente com os interesses americanos. Note-se, pois, que apenas as táticas dos Estados Unidos nessa nova configuração multipolar é que iriam mudar, sem que haja por parte do país o desejo de abandonar a liderança mundial, que é uma percepção nítida de seu interesse nacional.

Por fim, o livro propicia ao leitor interessante quadro do momento vivido pelos Estados Unidos, que é compartilhado pelo restante da comunidade internacional com apreensão e esperança de que a ordem mundial a ser construída no pós Guerra Fria realmente seja inspirada e balizada pela democracia substantiva.

# A zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia*

**Bruno Ayllón****

Neste início de milênio, as relações internacionais vivem um regime bastante instável, mas igualmente rico em positivas transformações. Hoje, seu estado é denominado pela doutrina contemporânea como unimultipolaridade, em que a globalização altera a economia, a política e o direito internacional em eixos fundamentais. Quanto à economia, a globalização atua mediante processos unilaterais, pluri e multilaterais de liberalização tanto no comércio quanto nos investimentos, estimulados pela crescente internacionalização da produção e da distribuição mundial de produtos, bem como pelas mudanças tecnológicas que se aliam a todas as manifestações tradicionais de comércio.

Quanto às questões políticas, as de ordem interna já se tornam indivisíveis e interdependentes das grandes questões internacionais, tais como: o meio ambiente, a segurança, a paz, o narcotráfico e o combate ao terrorismo.

Por outro lado, diante dos desafios da economia e dos imperativos e necessidades da nova política que demandam maiores níveis de ética e democracia participativa, o direito internacional é chamado a desempenhar um papel de fundamental transcendência no desenvolvimento econômico, social e cultural da humanidade, que não se concentra apenas nos países do Norte.

Assim sendo, no quadro do atual contexto econômico da integração mundial, os países em desenvolvimento representam uma força que vem adquirindo uma importância crescente e decisiva no novo cenário multipolar. Anote-se ainda que, durante todo o decênio de 1990, foi registrado o impressionante crescimento dos processos de integração regional entre países em desenvolvimento.

Quanto aos processos de integração – mais especificamente no caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) –, percebe-se que as novas oportunidades vêm acompanhadas de transformações significativas, visto que um processo de integração requer a adoção e a manutenção de um comércio liberalizado e um claro regime de investimentos. Por um lado, o comércio intra-regional e internacional aumenta os critérios internos relativos à competitividade e qualidade dos produtos. Por outro, a integração dos mercados de capitais torna as questões macroeconômicas mais complexas e dependentes de uma crescente cooperação internacional, com vistas à manutenção de estabilidade econômica.

**"...inaugura, mesmo antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, uma nova era da cooperação internacional que serve de modelo para todo o planeta."**

A intensificação das relações entre o MERCOSUL e a União Européia é um exemplo dos novos paradigmas do terceiro milênio quando se combinam cooperação e comércio de modo eqüitativo, regionalismo aberto e multilateralismo, valores e culturas, respondendo aos imperativos de uma comunidade internacional mais solidária.

Desse modo, a zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia inova e estabelece novos paradigmas por várias razões:

a) é a primeira entre duas uniões aduaneiras em escala intercontinental;

b) rompe as tradicionais zonas de livre comércio contíguas, ao transcender o Atlântico e aproximar dois continentes;

c) incorpora valores e culturas complementares, como também a

* Resenha de KINOSHITA, Fernando. *Direito internacional da cooperação – A zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia*. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001, 342p.

* Doutorando em Relaçoes Internacionais da Universidade Complutense de Madrid. Professor visitante de Relações Internacionais no Centro Universitário Iberoamericano (SP) e pesquisador visitante do Núcleo de Pesquisas em Relaçoes Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), em 2001.

**"O êxito das atuais negociações entre o Mercosul e a UE constitui para o Brasil e para o MERCOSUL objetivo da maior relevância estratégica."**

defesa do estado de direito e dos direitos humanos;

d) inaugura, mesmo antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, uma nova era da cooperação internacional que serve de modelo para todo o planeta, que se caracteriza por sua amplitude e profundidade, ao constituir um elemento diferenciador das tradicionais zonas de livre comércio atualmente existentes.

Tal é a realidade do livro de Fernando Kinoshita, que é professor de Direito Internacional Público da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Direito Internacional e Comunitário pela Universidad Pontificia Comillas Icade, da Espanha. O livro tem por objetivo esclarecer o processo de estabelecimento da zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia, bem como a consolidação de um marco jurídico e econômico internacional. Espera-se que a efetiva criação da zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia conduza a uma nova etapa das relações entre os blocos e, conseqüentemente, entre as Américas e a UE.

Conforme assinala o Embaixador Marcelo Jardim, Diretor-Geral do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que prefaciou a obra:

> Ao tratar com competência e profundidade esse tema de fundamental interesse sob o prisma tanto do direito internacional econômico quanto do direito internacional da cooperação, o professor Fernando Kinoshita contribui de forma concreta para a adequada preparação do esforço negociador brasileiro e traz ao conhecimento do grande público os aspectos mais importantes desse processo crucial para o País. Sua obra constitui importante estímulo para um amplo diálogo entre o governo e a sociedade sobre as negociações entre o MERCOSUL e a UE.

Ao longo da obra, o autor enumera as principais variáveis que norteiam os rumos do atual contexto econômico internacional, ao sublinhar a globalização, o fim da bipolaridade, a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e a proliferação dos modelos de integração regional, para, posteriormente, analisar as relações políticas entre o MERCOSUL e a União Européia em diferentes esferas.

A partir de então, o autor, nos capítulos IV e V, abordará características econômicas e jurídicas do MERCOSUL e da União Européia, destacando-se a questão referente aos investimentos estrangeiros diretos (IED) no MERCOSUL, notadamente os da União Européia e o Acordo Quadro Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e seus Estados Membros e o Mercado Comum do Sul e seus Estados Partes, de 15 de dezembro de 1995.

Mais adiante, estudam-se possíveis setores a serem contemplados entre essa proximidade econômica dos blocos: a) o setor de produtos básicos, onde se incluem os produtos tropicais, temperados, pesqueiros, metais e minerais, combustíveis e derivados; b) o de produtos manufaturados, assinalando-se especialmente os manufaturados em geral, os têxteis, a confecção e os calçados; c) o de serviços, onde se destacam os aspectos relativos à investigação e desenvolvimento, telecomunicações, transportes, serviços financeiros e propriedade intelectual. Além do mais, trata-se dos possíveis obstáculos ao estabelecimento da zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia, de acordo com as perspectivas de ambos, além de sugerir algumas hipóteses futuras.

O êxito das atuais negociações entre o Mercosul e a UE constitui para o Brasil e para o MERCOSUL objetivo da maior relevância estratégica. Diante da perspectiva de aceleração das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), tanto o Brasil quanto o MERCOSUL desejam manter o padrão de equilíbrio de sua inserção na economia internacional.

É leitura altamente recomendada, que passa a ser incluída no conjunto de obras de consulta obrigatória sobre a inserção crescente do Brasil e do MERCOSUL em um mundo inevitavelmente globalizado. A valiosa contribuição que o professor Fernando Kinoshita aporta ao tratamento do tema está à altura desse estimulante e momentâneo desafio.

NOTA: O livro encontra-se disponível no site: http://www.lojaambito-juridico.com.br

# A Diplomacia de Henry Kissinger*

**João Fábio Bertonha****

Henry Kissinger é, com certeza, um dos mais influentes pensadores das relações internacionais desse século. Além de sua atuação direta na formação da política exterior americana, ele tem produzido uma infinidade de textos analisando e opinando sobre o papel da América no mundo atual. Seu último trabalho – *Diplomacia* – não foge desse padrão, mas é também um monumental trabalho de historiador, ao analisar a história das relações internacionais dos últimos 350 anos em mais de mil páginas.

O livro se inicia com a formação do moderno sistema de Estados no século XVII e com Richelieu, visto como aquele que ajudou a superar o antigo sistema de valores medievais e a criar a política internacional baseada na razão de Estado. Também analisa o equilíbrio de poder que fundamentou a política européia naquele século e nos seguintes até chegar ao Congresso de Viena em 1815. Para Kissinger, a combinação de um consenso entre as elites européias – priorizando a defesa da estabilidade e das monarquias, em detrimento das revoluções e da contestação social – com a construção de um cuidadoso equilíbrio de poder entre as grandes potências, teria sido a chave da paz e da prosperidade européia por quase um século, a partir do fim das guerras napoleônicas.

Posto isso, procura demonstrar como esse sistema começou a entrar em colapso graças à ação de homens como Napoleão III e Bismarck, que teriam sido incapazes de perceber as sutilezas do sistema de Metternich e, no lugar de seu sistema de relacionamento entre Estados baseado na fórmula "consenso mais poder", teria surgido um outro onde apenas o poder bruto e a competição sem limites importavam. Uma derivação desse novo método de ver as relações internacionais teria sido a formação de alianças fixas, as quais seriam a prova final da morte da idéia do equilíbrio de poder e de sua flexibilidade. Dada essa situação, com os contínuos erros cometidos pelos dirigentes ingleses, russos e, especialmente, alemães, a I Guerra Mundial foi uma conseqüência lógica. Para Kissinger, assim, o abandono da política do equilíbrio de poder em favor da competição total tornou-se a causa central dos massacres da I Guerra.

Nos capítulos seguintes, estuda-se o sistema que criado no Tratado de Versalhes, em 1919, e explica-se, de forma bastante lúcida, o porquê de sua incapacidade de manter a paz na Europa. Para o autor, o sistema de Versalhes não poderia funcionar porque não se buscava a real conciliação com a Alemanha, não existiam valores comuns que realmente servissem de base para um consenso entre as potências, nem disposição para usar a força, se necessário, para manter o equilíbrio de poder entre os Estados envolvidos. Nesse contexto, a sua manutenção era improvável e Hitler teria sido apenas o responsável pelo fato do seu colapso ter-se dado da pior maneira possível.

Depois, o autor se dedica, com extrema meticulosidade, ao estudo das relações internacionais no período da Guerra Fria. Os pontos altos nessa parte do livro são suas análises da política de contenção americana frente à União Soviética e da Guerra do Vietnã, apesar do evidente parcialismo de quem esteve diretamente envolvido nessas questões. O texto é finalizado com uma análise sobre o papel da América na nova ordem internacional.

É muito difícil não ficar impressionado com a magnitude do trabalho desenvolvido por Henry Kissinger. Ele consegue navegar sem dificuldade por temas que vão desde a política européia do século XVII até as minúcias da competição anglo-alemã no XIX ou as realidades geopolíticas da Ásia oriental contemporânea. Com seu estilo fluente e claro – agora, adequadamente traduzido na nova edição –, ler seu trabalho constitui-se em tarefa fundamental para qualquer estudioso da história das relações internacionais.

Ainda assim, algumas observações e críticas podem e devem ser feitas. A primeira delas se refere ao próprio enfoque dado pelo autor. Como o próprio título sugere, o que realmente está em foco não é a história dos povos envolvidos na disputa internacional, mas o ponto de vista dos estadistas e

* Resenha de KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999, 1067 p.

** Professor-adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – PR.

dos diplomatas. A narrativa é sobre os sucessos e fracassos, planos e realizações deles e não é à toa que nomes como Bismarck, Pitt, Streseman, Churchill ou Gorbachev apareçam com tamanha freqüência no livro.

A princípio, tal enfoque não seria um problema e, seguramente, não elimina os méritos do livro. No entanto, não só ele acabou tornando o texto excessivamente longo para atender a necessidade de delimitar, em cada época e contexto, o papel dos estadistas, seus projetos e perspectivas, como simplifica demais alguns problemas e situações que estavam muito além da ação pessoal de cada diplomata ou ministro do Exterior envolvido.

É evidente que, recuperar a importância dos homens que efetivamente conduziram a política externa dos Estados, é importante inclusive para se poder ter uma história das relações internacionais, que não se limite a abordar as grandes tendências e estruturas, esquecendo-se de que são homens de carne e osso, cujas perspectivas e pensamentos foram importantes para que os acontecimentos tomassem determinados rumos e, portanto, devendo ser estudados com mais cuidado. Nesse sentido, é realmente difícil não concordar com a avaliação de Kissinger sobre, por exemplo, as figuras de Adolf Hitler e de Franklin Roosevelt, que são fundamentais para entender a II Guerra Mundial.

No entanto, o autor poderia ter tomado mais cuidado em delimitar o contexto político, econômico e mental onde esses homens e diplomatas agiam

**"Todo o trabalho de Kissinger baseia-se, de fato, no pressuposto de que a América é uma nação idealista, cujos valores morais devem conduzir as relações internacionais."**

e estabelecer com mais cuidado as possibilidades de pensamento e ação que cada época lhes fornecia. Dizer que Kissinger não faz isso seria uma injustiça e suas análises da realidade de cada época são, em essência, corretas. Contudo, seu enfoque mais personalista implica concentração em indivíduos da elite diplomática e da máquina estatal, o que pode levar a distorções da realidade.

Observe-se sua análise do período pré I Guerra Mundial. Ele tem razão em colocar que, à medida que as elites européias sentiam-se mais confiantes no seu domínio sobre suas sociedades – a partir da segunda metade do século XIX –, um freio potencial ao conflito foi sendo suprimido (p.168). No entanto, outros autores, como Arno Mayer[1], também têm trabalhado com essas elites e constataram que ao menos uma fração delas também pensava, em vários momentos, na guerra como uma possível solução para consolidar ainda mais seu poder em suas sociedades, ou seja, o que se pode verificar é que havia várias transformações culturais ocorrendo naquele momento, que levaram à defesa do militarismo, do nacionalismo exacerbado e do imperialismo. Essas transformações vividas pelas elites européias foram compartilhadas por todos os diplomatas e homens de Estado e forneceram um contorno para as suas reflexões sobre a ordem internacional. Abstrair as grandes realidades e concentrar-se em homens e indivíduos, assim, pode ter seu lado positivo, mas requer enormes cuidados para evitar a impressão de que só os diplomatas fazem as relações internacionais.

Do mesmo modo, um dos elementos fundamentais para se entender a história das relações internacionais, entre a metade do século XIX e a metade do século XX, foi o diferencial de crescimento econômico, industrial e militar e a competição desenfreada por mercados e poder em escala mundial entre as principais potências do mundo. Kissinger está plenamente consciente da importância disso para explicar as guerras e transformações nesse período, mas é estranho que as referências ao colonialismo ou ao explosivo crescimento econômico e industrial da Alemanha e dos Estados Unidos, por exemplo, estejam tão fragmentadas em meio às análises sobre o pensamento de Wilson ou Bismarck, por exemplo. Se o livro do grande estudioso dessa questão, Paul Kennedy[2], talvez tenha pecado pela ênfase excessiva em grandes estruturas e transformações econômicas, ao restar pouco espaço para os homens que viviam e refletiam sobre isto tomar as decisões e elaborar as opções possíveis, o de Kissinger

[1] *A força da tradição: A persistência do Antigo regime, 1848-1914.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[2] *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.* Rio de Janeiro: Campus, 1989.

parece ter enveredado pelo caminho oposto. Pura questão de ênfase compreensível dentro das perspectivas de cada autor, mas que deve ser recordada para que se possa absorver o melhor de cada um deles.

Na verdade, o livro não objetiva simplesmente a análise histórica, mas tem um sentido de política presente bem definido. Todo o trabalho de Kissinger baseia-se, de fato, no pressuposto de que a América é uma nação idealista, cujos valores morais devem conduzir as relações internacionais. Isso seria positivo, mas potencialmente perigoso, pois levaria a América a perder de vista as realidades do poder e as necessidades de ação dentro do cenário internacional. A missão de Kissinger, nesse contexto, seria recolocar o juízo na cabeça dos idealistas americanos e insistir que uma política de equilíbrio de poder era e é a melhor maneira de garantir a paz mundial, de garantir a sobrevivência e os interesses dos EUA e de difundir os próprios ideais que fariam da América uma nação tão especial. As muitas páginas que ele dedica ao estudo das políticas externas de Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt – com preferência por este, um autêntico cultor do equilíbrio do poder –, à evidente satisfação com a política realista que ele e Nixon implementaram na Casa Branca e à admiração por Stalin pelo mesmo motivo – mesmo sendo o autor um ferrenho anticomunista – demonstram isso. Sua defesa de Ronald Reagan como a perfeita soma do realismo com o idealismo americano não convence tanto, mas se encaixa nesse esforço.

**"...os Estados Unidos tiveram forte influência dos ideais democráticos e liberais que se refletiram em sua política exterior, sendo Kissinger muito hábil em recuperá-los, gerando contradições e problemas que pareciam incompreensíveis para observadores acostumados à política de poder européia."**

Para Kissinger, assim, o realismo seria a única maneira de manter o poder e os valores americanos num mundo onde a América irá inevitavelmente deixar de ser predominante como é hoje, no que se aproxima de outros realistas como Brzezinski.

Tais reflexões de Kissinger precisam ser vistas com reservas. Em primeiro lugar, parece difícil acreditar que os "valores americanos" estejam tão entranhados na política exterior americana como o autor quer. Às vezes, a defesa desses valores não passava (e passa) de cobertura para interesses políticos e econômicos dos mais clássicos e Kissinger tem enorme resistência em identificar isto.

Dizer isto não significa negar as particularidades da política exterior e da história dos Estados Unidos, as quais levaram, por exemplo, a uma resistência ao colonialismo direto no século XIX e à política de poder vivenciada na Europa. Em muitos momentos de sua história, os Estados Unidos tiveram forte influência dos ideais democráticos e liberais que se refletiram em sua política exterior, sendo Kissinger muito hábil em recuperá-los, gerando contradições e problemas que pareciam incompreensíveis para observadores acostumados à política de poder européia. O próprio debate realismo versus idealismo, típico da diplomacia e da academia do país, é um sinal claro das especificidades americanas.

No entanto, na maior parte da sua história, os Estados Unidos nunca foram tão idealistas na construção de sua política exterior como o autor procura demonstrar e sua ardorosa defesa da maior dose de realismo possível para essa política parece ser desnecessária. Talvez a própria defesa de uma política cem por cento realista, para superar os traços idealistas e a incoerência da política externa americana, seja irrealista, ao ignorar as tradições e as disputas políticas no interior da sociedade e do *establishment* governamental americano.

Posto isso, resta, apesar das intensas objeções de Kissinger e de outros realistas, uma avaliação moral sobre essa política externa, que baseada completamente em ideais e sem cuidadosas avaliações geopolíticas de interesses e dos equilíbrios de poder seria irreal e, talvez, perigosa. Não resta dúvida também de que a política realista de Kissinger e Nixon foi bem sucedida, ao ajudar a isolar a URSS e a solapar o bloco comunista. No entanto, as vítimas do golpe de Pinochet em 1973 ou dos bombardeios no Vietnã e no Camboja poderiam questionar-se se o realismo precisaria chegar aos limites da barbárie. Uma questão que Metternich talvez não hesitasse em responder, mas da qual Kissinger parece querer manter distância.

# Os “milagres” na economia*

**Virgílio Caixeta Arraes****

Após o fim da Guerra Fria, em 1991, com a extinção formal da União Soviética, celebrou-se, no lado ocidental, a vitória dos valores norte-americanos, que se confundiriam com os valores democráticos liberais. Desde o apogeu da Espanha habsburguiana, há várias gerações, país algum alcançou tanto poder como os Estados Unidos no momento. No entanto, esse auge norte-americano é relativamente recente e tornou-se, finalmente, indiscutível após três conflitos durante o século XX – incluindo até mesmo a Guerra Fria, um dos mais longos episódios de tensão da história mundial.

Assim, perante o exercício atual do poderio múltiplo norte-americano, surge a inquietação de inteirar-se sobre o modelo desenvolvido pelo país que lhe permitiu alçar a superioridade mundial. Além do mais, há a curiosidade intelectual de se conhecer de que forma houve a transição do poder de um país para o outro, dado que a supremacia norte-americana remonta há um século apenas.

No estudo desses ciclos históricos, vários acadêmicos, dentre os quais Braudel, Arrighi e Wallerstein, lançaram hipóteses e reflexões notáveis, ao procurar traçar linhas de continuidade e ruptura da lenta e inexorável formação do sistema capitalista e, destarte, chegar ao remoto século XIV, onde diversas cidades-Estados, localizadas na península Itálica, aprofundavam o comércio ultramarino ao longo do Mediterrâneo, concomitante ao desenvolvimento das atividades bancárias por toda a Europa, o que levaria inúmeras famílias italianas a posições de destaque na história européia do período.

Enquanto aqueles intelectuais acima citados produziram sua visão de mundo por uma lente econômica basicamente, outro intelectual de porte, de origem francesa, procurou registar um outro caminho, de forma que determinadas conformações espirituais ou mentais também permitissem delinear o desenrolar da supremacia capitalista com precisão.

Alain Peyrefitte (1925-99) foi uma das personalidades mais marcantes da história francesa do pós-II Guerra. Diplomata de carreira, tendo servido na Alemanha e Polônia, atingiria o posto de Ministro Plenipotenciário. Bacharel em antropologia pela École Normale Supérieure e em administração pela prestigiosa École Nacionale d’Administration (ENA), dedicar-se-ia, além da vida intelectual, à política.

No início da V República, na casa dos trinta anos, entraria para a vida parlamentar, que duraria mais de 40 anos (1958-99), sendo Deputado e Senador, além de Prefeito de Marins por mais de trinta anos (1965-97). Ocuparia várias pastas ministeriais durante mais de uma década, dentre as quais a da Justiça, a de Ciência e Tecnologia, tendo contribuído para o país consolidar-se como potência nuclear, e a de Educação, tendo renunciado desta em maio de 68, na esteira das manifestações estudantis que sobressaltaram a França.

Colaborador de inúmeras revistas e jornais – *La revue des deux mondes*, *Le figaro-magazine*, *L’express, Le monde* e *Le figaro* – no qual, a partir de 1983, seria presidente do seu conselho editorial e, como ponto máximo, membro da Academia Francesa, a partir de 1977, que o premiara por um romance em 49 e da Academia de Ciências Morais e Políticas, em 1987.

O autor visitaria o Brasil em duas oportunidades: a primeira, em 1978, na qualidade de Ministro da Justiça, acompanhando o Presidente Giscard d’Estaing e, em 1987, a convite do jornal *O Estado de São Paulo*. Ligado politicamente ao General Charles de Gaulle, talvez a personagem histórica mais marcante da vida política francesa do século XX, Peyrefitte terminaria sendo, por meio de suas memórias, seu grande cronista, à semelhança de Philipe de Commines com Luís XI e do Conde de las Cases com Napoleão I.

Autor de inúmeros livros, dentre os quais foram publicados em português *O Império imóvel*, 1998, sobre a China, sua especialidade, *A sociedade de confiança*, 2000, e o presente resenhado, cujo objetivo é demonstrar, por meio da etologia, ou seja, pelo estudo comparado do comportamento, no caso, dos Estados, como uns lideraram o desenvolvimento material

* Resenha de PEYREFITTE, Alain. *Os "milagres" na economia*. São Paulo: EDUSC, 2000, 234 p.

**Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da mesma instituição e editor adjunto de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais

> **“Peyrefitte coloca que o etos que ele chama de confiança competitiva, ou seja, a disposição humana de escapar ao controle genético próprio da espécie para substituí-lo pela motivação da autodeterminada de um engajamento pessoal em um projeto próprio para transformar o meio...”**

e cultural, ao longo dos últimos séculos.

Peyrefitte não aceita que fatores materiais como as condições geográficas, por exemplo, sejam considerados determinantes do (sub)desenvolvimento de alguns países. Para ele, sendo apenas 1/6 ou 1/7 do mundo desenvolvido, há a necessidade, então, de considerar que a presença do subdesenvolvimento é natural. A própria França só se libertaria desse estágio, na visão do autor, em meados do século XIX.

Desta forma, o desenvolvimento é um milagre, por ser raro e inimitável, dado que as tentativas de aplicar indistintamente “receitas” de países ricos aos pobres resultam em fracasso, porque resistências mentais tornam ineficaz a transferência de técnicas de produção e gestão. Um país não se altera simplesmente por decreto ou por pura cópia. Para os países do Sul, o desenvolvimento se lhes assemelha como uma miragem, que se afastaria cada vez mais, porque é crescente a disparidade com o Norte.

Para o autor, o fator mental é o agente decisivo do desenvolvimento, sendo os traços imateriais de uma sociedade – religião, preconceitos, superstições, atitude diante da autoridade, moral do indivíduo e do grupo, educação e valores – constituintes do comportamento do povo, inclusive nos domínios mais materiais: investimentos, produção, intercâmbio e taxas de crescimento.

Países com sociedades imóveis, hostis à inovação intelectual, sempre baseados excessivamente na tradição, não formariam uma rede de (in)formação, permanecendo obscurantistas, sem iniciativa e com taxas de crescimento demográfico superiores às de desenvolvimento, com as mulheres tendo pouca participação na economia. Portanto, não bastaria apenas o capital e o trabalho, mas um conjunto de disposições mentais, que seria, para Peyrefitte, o húmus sobre o qual as plantas (países) cresceriam.

O termo milagre econômico foi empregado, pela primeira vez, na Alemanha do pós II Guerra para designar a ressurreição do país. Aplicar-se-ia também à Itália e ao Japão. Na religião, milagre liga-se à fé; na economia, confiança. Para o autor, as sociedades avançadas partilhariam desse milagre.

Peyrefitte coloca que o etos que ele chama de confiança competitiva, ou seja, a disposição humana de escapar ao controle genético próprio da espécie para substituí-lo pela motivação da autodeterminada de um engajamento pessoal em um projeto próprio para transformar o meio, estabeleceu novas relações entre o poder público e o indivíduo, que implicaram mudança de atitude com relação a monopólios, regime corporativo, regulamentos e o enquadramento do econômico pelo político.

Ao longo da história, a humanidade assistiria a inúmeros milagres nas civilizações egípcia, judaica, grega; na era moderna, a holandesa, a inglesa, a americana e a japonesa abriram uma possibilidade a todos os povos, ao afirmar valores empreendedores, isto é, a mentalidade de troca, de competição, de respeito ao adversário, de inovação, de risco e de lucro. Competição e inovação estariam sempre unidas. A inovação estimularia o mercado, que estimularia, por sua vez, a inovação, sem condições para se pensar em monopólio. A concorrência seria vista como a regra do jogo e não sentida como uma ameaça. Baseado na abertura do desenvolvimento, a China poderia aparecer como um futuro ator de destaque no cenário internacional.

Dentro da mobilidade mental, os japoneses seriam um bom exemplo, porque imitaram bastante, mas seletivamente. Não imitaram jamais uma instituição, por mais atraente que lhes fosse, em vistas de seu desempenho. Não escolheram um país paradigmático, mas compuseram o retrato de sua sociedade contemporânea a partir de traços de inúmeras sociedades.

À guisa de conclusão, Peyrefitte afirmaria que o Sul traria ainda consigo fatores imateriais que não acarretariam desenvolvimento como clientelismo, arrogância e desprezo pelas profissões comerciais e industriais, ao passo que, no Norte, haveria a difusão do espírito de competição, da mobilidade mental organizacional e da valorização do comércio e da indústria, justificando o distanciamento cada vez mais perene entre os dois modelos.

# A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*

**Filipe Nasser****

Um dos grandes estadistas da RepúblicaVelha, primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco, concluíra que "(...) o Brasil sempre teve a consciência do seu tamanho e tem sido governado por um sentimento profético quanto ao seu futuro"(p.7). Espécie de epígrafe do "destino manifesto" a que o povo brasileiro outorga-se em sua percepção ontológica, os dizeres de Nabuco permanecem fidedignos à realidade com quase um século de duração. Tanto o imaginário popular quanto os centros pensantes do país parecem conformar-se em conceber o Brasil como o quase-eterno "País do Futuro".

Com esta tão acalentadora quanto frustante citação profética, o professor Celso Lafer, atualmente Chanceler, abre sua presente obra, a qual se originou de um notável artigo encomendado a ele pela revista Daedalus – a publicação de ciências e artes da Academia dos Estados Unidos – que dedicaria ao Brasil todo seu número da primavera de 2000, com o sugestivo caput: Brazil: burden of the past, promise of the future. Digno de nota é o o paralelo entre o título da edição e a atualidade do pensamento supracitado de Nabuco. Cumpre lembrar também que outros nomes de relevo acadêmico, como José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell, completaram a edição. Fora Lafer, dentre os incumbidos de "explicar" o País, o encarregado de identificar as raízes históricas e conceituais da identidade internacional do Brasil, sua formulação de política exterior e atuação internacional, sua interseção com os dados da identidade nacional e, por fim, apresentar os desafios que permeiam sua inserção internacional neste debut de siécle. Pois que a obra homônima agora editada é não mais do que uma extensão traduzida do esforço do intelectual Celso Lafer, por meio da qual desfrutou de maior liberdade para delinear conceitos e aprofundar os argumentos de sua investigação.

Passado, presente e futuro sintetiza as três dimensões epistemológicas percorridas pelo autor. Operando uma construção histórica da formação, consolidação e promoção do Estado brasileiro pelo viés exterior, o autor identifica como o país se enxerga e é enxergado pelo cenário internacional. Admitindo o status de potência média e periférica no concerto das nações, porém relevante e de dimensões consideráveis, o autor busca compreender o locus standi do Brasil nesse cenário indefinido, que ora se conforma. Em seguida, elenca os desafios estimulados por este viver internacional, prescrevendo como superá-los de modo que atinja seus desígnios em um futuro próximo.

Para o mesmo fim, Lafer, com as credenciais de homem de Estado e das letras, oferece a convergência de dois ângulos distintos para construir sua leitura da identidade internacional do Brasil: a do observador estudioso e a do estadista, a do intelectual e a do político, a do leitor e a do atuante. Não obstante, o autor não se furta de, em primeira mão, iluminar o conceito de identidade nacional como oriundo do sentimento de identificação coletiva – da convergência de um bem ou interesse comum. Em interessante passagem em que faz bom uso da dialética entre vida nacional e internacional, o autor pontua que " (...) (as) identidades nacionais paradoxalmente se formaram e se formam em função da vida internacional, no contato e na interação com o Outro"(p.16).

Ainda em respeito a tal dialética, Lafer entende que, gradualmente, há uma diluição das fronteiras entre o que é o "interno" e o "exterior" nos cenários nacionais, à luz da globalização e da consumação dos processos de interdependência, que inserem vertentes internacionais em praticamente todas as questões da vida interna das nações. Neste sentido, ao valer-se do proposto paradoxo da formação da identidade internacional de um país a partir de sua vivência

* Resenha de LAFER, Celso *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectivas, 2001, 126 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e editor-assistente do RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

internacional, o autor enseja situar o Brasil no cenário internacional, por meio de elementos que, ao mesmo tempo, caracterizam-se como eminentemente brasileiros e outros que são ofertados pelo sistema internacional.

Quanto ao objeto principal da obra, a identidade internacional do Brasil, sua análise gira basicamente em torno de três elementos concomitantes: o eixo mudança/continuidade da política exterior do Brasil, a conformação histórica do duo território- governo e os estímulos globalizantes que o cenário internacional impõe ao país.

Com relação ao eixo mudança/ continuidade da política exterior do Brasil e da diplomacia brasileira, cumpre ressaltar que, a despeito de visões de mundo completamente díspares dos homens de Estado que estiveram a frente do Brasil, certas linhas de ação e de postura mantiveram-se prontamente coerentes e constantes ao largo do tempo, constituindo o que o autor chamou – a partir de Renouvin e Duroselle – de "forças profundas" do engajamento internacional do Brasil. Lafer coloca que a leitura histórica da postura brasileira perante o cenário internacional deve ser grociana, ou seja, a do jurisdicismo nas relações internacionais, do pacificismo em detrimento da guerra, das relações exteriores idôneas, do comércio e do viver harmoniosamente na comunidade internacional. Mais do que isso, sobretudo, um objetivo único constituiria o traço comum do país no cenário internacional: o desenvolvimento ou a busca de insumos externos para a promoção do desenvolvimento interno.

Com relação ao território e ao espaço nacional que o país ocupa, há de se destacar o status de monster country pacífico, extraído da definição de George Kennan sobre a sua dimensão continental, com a consolidação histórica do território nacional pelos "navegantes, bandeirantes e diplomatas" de um espaço conquistado em uma América do Sul quase toda hispânica. Quanto ao governo, cabe mencionar o caráter excepcional de uma monarquia lusitana entre repúblicas hispânicas quando do Império; as relações tensas com a Argentina; as de interpretação freqüentemente equívoca vis-à-vis os Estados Unidos; o (latino) americanismo brasileiro e o desígnio nacional de participar do concerto das nações pela via grociana e pelo multilateralismo.

Com efeito, o sonoro eixo de assimetria Norte-Sul das relações internacionais imprime fortemente sua marca na atuação internacional do Brasil e na recíproca percepção deste quanto ao mundo, uma vez dados os componentes político-econômicos do país que o inserem em uma peculiar categoria entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, entre os global players e os marginalizados. No caso, vale ressaltar o movimento brasileiro em prol do Terceiro Mundo, da equidade entre as nações e da defesa de regimes de desenvolvimento mais distributivos.

À luz de uma nova ordem internacional que se molda a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, Lafer faz jus a sua condição ambivalente de estadista e estudioso, uma vez que, ao delinear seu entendimento das relações internacionais e dos desafios que o sistema internacional impõe ao país, prega um receituário de medidas e posturas que deveriam ser adotadas pela diplomacia e por outros setores governamentais brasileiros no presente momento. Dentre elas, está o de provocar a percepção de que o desenvolvimento interno nacional deve dar-se finalmente pelo engajamento exterior e não pela "relativa autonomia" interna. No centro dessa normativa, está a conciliação prática entre o "nacionalismo" e o "internacionalismo" como posturas de defesa do interesse nacional em um contexto internacional liberalizante.

Por fim, a obra em questão vem em boa hora para intensificar o debate sobre o lugar que o Brasil pretende pleitear no concerto das nações e seus desdobramentos, à medida que o sistema internacional mostra-se tão complexo quanto imprevisível. Mais do que isso, a obra oferece uma visão brasileira acerca do Brasil de um ponto de vista exógeno e não endógeno, como costumeiramente o faz a intelectualidade tupiniquim. Com um texto absolutamente digerível e prodigioso, o autor resume, em linhas precisas, o processo histórico em que embarcou o país nas marés internacionais e por que rotas seguras ele deve prosseguir. Parafraseando o diplomata e intelectual José Guilherme Merquior, Lafer propõe aos que se perguntam, em que espécie de tipologia sócio-política o Brasil se encaixa, com que espécie de cultura política o país encontra afinidade ou o quão "exótico" são seus traços determinantes, que o Brasil é um " (...) Outro Ocidente, mais pobre, mais enigmático, mais problemático, mas não menos Ocidente" (p.40).

# Argentina: Visões Brasileiras*

**Delchi Forrechi Glória****

Apesar dos alvoroços de multilateralidade das reuniões comerciais e políticas dos diversos fóruns internacionais, o papel dos parceiros principais – como entidades singulares – ainda mostra-se fundamental para o entendimento dos processos de arregimentação dos sistemas internacionais contemporâneos e do desenrolar da política internacional derivativa do pós-Guerra Fria.

Para o Brasil, destacam-se alguns Estados que mantém relações políticas e econômicas de *front*, extremamente necessários para a consolidação de uma política comercial superavitária e para a estruturação e solidificação de bases políticas necessárias à alguma posição almejada por nosso país.

A Argentina é um parceiro importante para a consolidação destas bases, já que integrando o MERCOSUL participa econômica e politicamente dos planos brasileiros. Sua importância para o Estado brasileiro confronta-se, usualmente, com sentimentos nacionalistas que envolveram os dois países – muitas vezes, atrasando projetos de cooperação e integração – desde os primórdios das suas relações bilaterais.

O artigo do professor Amado Cervo traça a história da política exterior argentina – inflexões, diretrizes, compatibilidades e desgastes com seus parceiros, notadamente o Brasil. Sua análise parte da Terceira Posição do primeiro período peronista – imediato pós- II Guerra –, onde o governo de Buenos Aires tentou mostrar sua independência a Washington, por meio de uma integração seletiva com as potências envolvidas no conflito ideológico Leste-Oeste.

Curiosamente, o debate interno argentino oscilava entre os conservadores e as camadas populares e sua política externa acompanharia isto, ao encontrar em Menem e, em seu gabinete, a antielite sidicaroniana. Esta forma de proceder inauguraria a política externa argentina na década de 1990 – com Domingos Cavallo à frente da Chancelaria – demonstrando seu projeto liberal e antiestatista (o estatismo argentino era forte marco das políticas populistas anteriores e da decadência acentuada diretamente ligada, segundo o novo governo, ao período da Terceira Posição original). Pragmaticamente, o governo de Menem decidiu deixar de lado o confronto ideológico – tido como desnecessário e, ainda mais, prejudicial ao desenvolvimento nacional e à sua almejada posição ao lado dos países desenvolvidos.

Estes eram o objetivo e o desafio de Cavallo e Menem: levar a Argentina ao seleto clube dos países desenvolvidos. Para tanto, abriram mão de políticas independentistas, reinseriram a economia argentina na economia (pretensamente) globalizada, abrindo caminhos de negociação especiais para a Comunidade Européia e, principalmente, para com os EUA. Por outro lado, a integração econômica regional e a cooperação com os visinhos também constou como alta prioridade da pauta argentina. Geopoliticamente, pensava-se em estabelecer uma zona pacífica no Cone Sul, dado o entendimento com o Reino Unido e com os vizinhos, além de uma aproximação autoproclamada “carnal” com os EUA, baseada em sua tentativa de integrar a OTAN, mesmo como membro especial. Por fim, retomar às políticas de prestígio internacional, onde se pode exemplificar a participação assídua de argentinos em *peacekeepers* da ONU.

Ao fim do governo Menem, chegou-se a pontos que ajudaram na elaboração do paradigma argentino de política exterior da década de 1990: aceitou-se a decadência nacional – geradora da autocompaixão tão citada por Cervo; assumiu-se o realismo periférico e a Argentina abriu mão de alguns pontos de política interna/externa – como o controle cambial; reconheceu-se que o alinhamento ao *hegemon* traria benefícios per se ; e relacionou-se a globalização a um fenômeno benigno que relegaria a responsabilidade com o desenvolvimento nacional com fatores exógenos.

O artigo de Pedro Motta Coelho, diplomata, corrobora as palavras de Cervo, mas analisa a posição argentina frente à ordem internacional iniciada em Yalta. Discorre sobre a tentativa de manter-se na neutralidade durante o primeiro mandato de Peron e mostra que este desenvolveu suas políticas em consonância com os países europeus, que na social-democracia e na

---

* Resenha de GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. *Argentina: Visões Brasileiras*. Brasília: IPRI/CAPES, 2000, 298p.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e editor-assistente do RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

reconstrução estabeleciam as diretrizes básicas de governo. O governo argentino desta época procurava o desenvolvimento industrial com ênfase no crescimento do mercado interno e estabelecia políticas que salvaguardariam uma certa independência econômica do exterior, com estatização de empresas a custo do ouro dos espólios de guerra.

O golpe militar de 1955 estabeleceu mudanças na política externa argentina, ao aproximar o país aos EUA, aceitar um multilateralismo antes preterido e a ordem econômica de Bretton Woods. Por outro lado, estabeleceu continuidade na política estruturalista de Raúl Prebisch, ao comercializar com países do bloco vermelho. A aproximação de Buenos Aires com Moscou deu-se até que o governo estadunidense acusasse a URSS de tentativa de penetração na América Latina.

Um novo golpe militar, agora em 1962, tentou impedir a postura populista do governo justicialista, ao promover um governo ilegítimo e notoriamente alinhado com a política americana, chegando até a enviar duas belonaves ao bloqueio de Cuba, no episódio da Crise dos Mísseis.

Chegando-se ao governo Alfonsín – após a derrota dos militares na Guerra das Malvinas –, a Argentina procurou alterar sua situação no plano internacional. Conseguiu manifestações de apoio na América Latina e reiniciou sua inserção nesta ordem globalizada, consolidada, em um cenário cheio de riscos, mas bem controlado por Menem.

Sendo, portando, inserida na ordem globalizada, surge a possibilidade de analisar a política externa em seu seguimento econômico, por Markwald e R. Iglesias. Em seu artigo os autores encaminham aprioristicamente a explanação histórica do alinhamento argentino à política dos EUA; parte-se então para a conceitualização das políticas cambial e tarifária – a criação do MERCOSUL e o atrelamento do peso ao dólar e, por fim, debatem as iniciativas de inserção da economia argentina à mundial.

Todas as análises partem de um mesmo corpo – bem introduzido pelo professor Cervo – e discorrem sobre os mesmos conceitos, sobre óticas diferentes e complementares. As políticas externa e internacional – apoiadas na estratégia e nas relações bilaterais –, e a econômica – baseada em um multilateralismo comedido, porém presente, principalmente nos últimos anos – possibilitam a formação de uma visão realista e esclarecedora sobre a Argentina e seu papel nas relações com o Brasil e com os atores mais importantes na visão brasileira.

Forma-se, então, um arcabouço político-institucional de análise da política externa argentina e de sua influência para o Brasil tanto econômica como política, por causa da intrínseca ligação entre ambos. Resta aguardar as medidas do novo Presidente Eduardo Duhalde, ex-Vice-Presidente na gestão de Menem, para vencer a atual crise – herdeira das políticas econômicas adotadas na última década do século XX –, que já derrotou o Presidente anterior, Rodriguez Saá – que renunciara após nova onda de protestos populares.

*Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais*

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nº 6 – Out-Dez 2001 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br